

# Feminicídio será debatido na Comissão de Combate à Violência contra a Mulher

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM) aprovou nesta quarta-feira (28) a realização de audiência pública sobre a aplicabilidade da Lei do Feminicídio ([Lei 13.104/2015](#)). A sugestão do debate é da relatora da comissão, deputada Luizianne Lins (PT-CE). Segundo ela, o cenário atual é de subnotificações dos casos previstos na legislação.

**[\(Senado Notícias, 28/02/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Para a relatora, os dados a respeito do número de mortes de mulheres por questões de gênero são alarmantes. Contudo, nem sempre os crimes são enquadrados como feminicídio. No pedido de realização da audiência, a deputada explicou que em 2016 a comissão buscou dados estatísticos referentes ao homicídio de mulheres relacionados a questões de gênero, com a finalidade de discutir a efetividade da lei.

“Apenas um terço dos estados indica algum dado registrado como feminicídio, os demais são classificados como homicídio”, afirmou na justificativa do requerimento.

***[Leia mais: Comissão vai discutir diferentes formas de violência contra a mulher \(Senado Notícias, 28/02/2018\)](#)***

A aplicação da Lei do Feminicídio, sancionada em 2015, ainda precisa ser debatida, de acordo com o Luizianne, porque há dificuldade de adaptação dos órgãos de segurança à nova lei.

## **Requerimentos**

A comissão aprovou outros 17 requerimentos. Entre eles, os de realização do 14º Seminário LGBT e de um seminário sobre o combate aos crimes de ódio contra a mulher na internet. Um outro requerimento, da senadora Vanessa

Grazziotin (PCdoB-AM), pede a discussão dos mecanismos de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Também foram aprovadas solicitações de informações ao Ministério Público sobre os programas federais de enfrentamento à violência contra a mulher e sobre denúncias de ameaças de morte sofridas por líderes rurais no Amazonas.